



V JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA

LA CRISIS GLOBAL COMO CRISIS DEL  
PENSAMIENTO ECONÓMICO

## A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA COMO UM IMPERATIVO POLÍTICO NA AMÉRICA LATINA

JESÚS ALBERTO MERCADO CÓRDOVA

23, 24 Y 25 DE AGOSTO DE 2012 - FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS  
UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES  
CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES | ARGENTINA

# **A integração energética como um imperativo político na América Latina**

Jesús Alberto Mercado Córdova\*\*<sup>1</sup>

## **Resumo**

Este trabalho apresenta a importância da integração energética sul-americana, desde o ponto de vista da Geopolítica. As fontes de energia são condicionantes para o desenvolvimento das economias regionais, e a integração energética deve ser a estratégia para a superação dos empecilhos no fornecimento de energia para o setor produtivo. Nesta pesquisa apresentamos como, nas distintas visões teóricas da geopolítica, a integração é um instrumento que permitirá o fornecimento dos recursos necessários para o desenvolvimento das economias. Igualmente, analisaremos a forma em que é projetada e efetuada esta integração energética, principalmente o problema da infraestrutura, e uma reflexão sobre as capacidades de complementação das matrizes energética dos distintos países latino-americanos. Por último será realizada uma leitura estrutural, o relacionamento do poder dos blocos regionais e suas influências nos mercados energéticos, ao tempo que se analisa a relevância da conformação de uma instituição regional avocada a questão energética dentro dos organismos multilaterais, especialmente a UNASUL.

---

<sup>1\*\*</sup> Mestre em Economia Política Internacional na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro.) Licenciatura em Relações Internacionais na UCV (Universidad Central de Venezuela).

# Integração e as visões da Geopolítica

## Geopolítica

A primeira parte deste artigo foi destinada a revisar os conceitos políticos e econômicos mais elementares nos esquemas de integração. Neste sentido se fará uma revisão das noções de geopolíticas mais básicas, para logo depois aprofundar nas estratégias da geopolítica, mais especificamente a integração político econômica.

A geopolítica diz respeito daquela ciência na qual são inter-relacionadas as lógicas de acumulação de poder e riqueza com as particularidades geográficas e sócias nas quais elas existem. No centro da análise estão as estruturas sócias de poder, e no mundo moderno esta análise deve começar pelo Estado Nação Moderno. A expressão "poder" é entendida como a capacidade de um Estado para fazer com que os outros aceitem a sua vontade e os seus interesses, por meio da negociação ou imposição. Para Castro Bonfim, o poder tem cinco expressões fundamentais, as quais são um reflexo dele em sua medida, mas também são partes constituintes dele. Estas cinco são a expressão militar, política, econômica, psicossocial e a expressão de científica tecnologia.<sup>2</sup> O poder não pode ser pensado fora dessas expressões particulares, e as mesmas não podem ser pensadas sem o poder.

Embora ele identifique cinco expressões, na pesquisa podemos simplificar como sendo três, já que como diz o Carl Von Clausewitz, o militar é a extensão da política, e por outro lado o nível de avanço tecnológico de um país é um reflexo do seu crescimento econômico e desenvolvimento forças produtivas. Assim temos uma expressão política, econômica é social, que diz respeito de todas as singularidades de qualquer comunidade, que para o aspecto geopolítico possam ser relevantes.<sup>3</sup>,

Deste jeito, dentro de uma estrutura mundial na qual o poder é fundamental, os Estados são compelidos pela pressão do sistema interestatal para estar constantemente ajuntando mais capital e mais poder, de modo a não ficar relegados à potências de segunda ordem. Como diz o Professor Jose Luiz Fiori, no seu artigo "Formação, expansão e limites do Poder Global" de 2004:

(...) Por isto, toda e qualquer unidade que se inclua neste sistema (sistema interestatal moderno) e tenha pretensões de não cair, está sempre obrigada a expandir o seu poder, de forma permanente, porque a guerra é uma possibilidade

---

<sup>2</sup> BONFIM, Uraci Castro. **Curso de política, estratégia e alta administração do exercito**. 2005, p12.

<sup>3</sup> Um exemplo disto é quando a existência de vários grupos nacionais coabita num mesmo Estado Nação. Isto faz com que a estabilidade política dentro desta unidade territorial seja mais fraca, e sempre tem uma relevância para o calculo estratégico desta e das outras unidades territoriais.

permanente, e um componente essencial do calculo estratégico de todas as unidades dos sistemas(...)

O Professor alemão Friedrich Ratzel é um dos países da geopolítica como ciência. Ele estudou as ações dos Estados tendo em conta o poder, e o cenário geográfico e a historia. O Estado juntamente com o homem formavam uma unidade binária, na qual o Estado era a parte material, e que tinha uma linha de desenvolvimento. Assim, esta visão evolutiva falava de sete leis que regiam o crescimento da todas as nações. O importante e que ele ressaltava as necessidades econômicas e de poder como causal destas leis de desenvolvimento dos Estados. A geopolítica eram as estratégias que os políticos de um país usavam para atingir os objetivos planejados. <sup>4</sup>

Outro teórico que ajudo a crias as concepções modernas da geopolítica foi Rudolf Kjellén. Este professor de ciência política da Universidade de Gotemburgo, tomou como embasamento para o seu novo escopo as teorias de Ratzel. Para ele foi necessário abandonar as concepções mais básicas de política e filosofia para entender o fenômeno do Estado, e incorporo os elementos das análises das novas correntes sociológicas. Assim os interesses dos Estados agora eram conformados por elementos tanto de poder, território, como elementos econômicos e sociais, tudo dentro de uma visão estrutural. <sup>5</sup>

Posteriormente o Prof. Karl E. N. Haushofer desenvolveu a tese das "Pan-regiões". Ele desenvolveu a ideia do *Espaço vital* presente nos trabalhos de Kjellén, na qual cada nação precisa de um espaço vital para poder desenvolver efetivamente as suas forcas produtivas, assim como fornecedores de matérias primas e insumos para a produção. Foi um dos primeiros que efetivamente introduzir na análise geográfica, uma concepção regional de "união" pacifica, preferivelmente no sentido de atingir os objetivos e cobrir as necessidades decorrentes do crescimento das economias e das populações nos países centrais. A noção de "áreas geograficamente compensadas" era até um reconhecimento das assimetrias existentes dentro dos blocos regionais, mesmo que para ele a superação das assimetrias não era o objetivo, mas a sua perpetuação.

Outro autor que trabalhou com os processos de integração, foi a o Frances Jacques Perruchan de Brochard. Ele era conselheiro econômico do governo francês. O mérito do Brochard, e ter conseguido conjugar na geopolítica um dos elementos mais importantes da análise econômica, a moeda<sup>6</sup>. A mesma, muito longe de ser neutra como tem sido afirmado por economistas liberais ao longo do ultimo século, forma parte da estratégia de dominação

---

<sup>4</sup> BONFIM; p 22

<sup>5</sup> IBID; p.19.

<sup>6</sup> IBID; p 65

econômica dos países hegemônicos. Assim, ele viu que por detrás das conformações dos espaços monetários, existia uma vontade política e interesses claros, sendo que a criação de um espaço monetário não era uma escolha dos agentes, mas uma imposição de uma potencia de uma condição que significa vantagens para ela.<sup>7</sup>

Sendo assim, o Brochard conduz a sua pesquisa imaginando que irão se formar espaços equilibrados liderados pelas potencias econômicas, e caracterizados pelo fato de que o comercio nesses espaços será dominado pela moeda de curso do país mais forte. Assim, o Brochard denomina estes espaços de "Zonas monetárias" e divide o mundo inteiro, sendo este seu problema principal, em áreas determinadas por identidades nacionais e culturais. Ele identifica então quatro áreas principais, a "Federação das Américas" (Estados Unidos e toda América Latina), a "Confederação Euro-Africana" (a união europeia e toda África como sua zona periférica), a "União de Repúblicas Soberanas" (Rússia, Irã, Arábia Saudita, Turquia e Iraque) e a "Liga Asiática".<sup>8</sup> O problema desta separação é que ignora completamente a natureza expansiva da economia e da política e da guerra, que são as que realmente configuram os espaços monetários do mundo no decorrer da historia.

Pelo lado econômico também foram realizados trabalhos e pesquisas sobre a integração. A integração econômica foi encarada como um processo mediante o qual os países levantavam barreiras ideológicas e políticas, para o fortalecimento do comercio e as finanças internacionais, sob o pretexto de que o mesmo seria de beneficio para todos os agentes envolvidos. Neste sentido, os trabalhos mais clássicos foram os de Bela Balassa, que apontavam a um processo progressivo de integração, primeiro eliminando as barreiras ao comercio até chegar a uma integração econômica e territorial total<sup>9</sup>. O problema com este tipo de pesquisas é seu enfoque sobre os efeitos do mercado e os estimulantes da atividade privada. Em certos casos se registrou avanços, como no caso do MERCOSUL, mas em outros, uma abertura econômica levou a fortes processos de desindustrialização.

Um avanço interessante sobre as noções de geopolítica foi aquela que surgiu do Club de Roma. O mesmo é uma organização transdisciplinar, a qual é conformada por cientistas sociais, economistas, empresários etc. Todos representantes das potencias centrais os quais são compelidos a levar a cabo discussões sobre a governança global, sem as limitantes próprias de um foro multilateral. No final, esse grupo evoluiu para o que hoje é conhecido como G8. O problema era garantir a governança mundial sem maiores riscos. A estratégia era a divisão do

---

<sup>7</sup> TAVARES, Conceição. **Mundialização do Capital e a expansão do Poder Americano**. Vozes: Rio de Janeiro, 2004, p 125.

<sup>8</sup> BONFIM, p 80.

<sup>9</sup> BALASA, Bela. **Trade Creation and Trade diversion in the European Common Market**. 1967, p 1-21.

mundo em centros de poder sobre os quais as potências poderiam exercer um controle ainda maior dos interesses dessas nações centrais.<sup>10</sup>

Assim a divisão mundial pode ser descrita com o “bloco Americano”, liderado pelos Estados Unidos, e formado por todo o território das Américas. O “Bloco Europeu” que seria liderado pela Alemanha, e seu território de influencia seria toda Eurásia e o norte da África. A Rússia devia inserir-se nessa partição territorial sob a liderança da Alemanha. Finalmente, o “Bloco Asiático” seria liderado pelo Japão, e compreenderia todo o continente asiático e a Oceania. Uma grande diferença entre este modelo, e o modelo do Brochard, era a inclusão de uma hegemonia estabilizadora de todos os blocos; os Estados Unidos. O Club de Roma deu essa responsabilidade para os norte-americanos, e era uma estratégia global para a liderança de um bloco de países sobre vastos espaços territoriais, apoiados pelo poder mundial da máxima potência econômica e militar. Por sua parte, os Estados Unidos deviam retribuir aos líderes regionais por meio da inclusão na sua política externa os interesses dos demais líderes regionais, em todos os níveis.

Muito mais recentemente foi apresentada a teoria do “Choque das Civilizações” pelo cientista político Samuel Huntington no seu livro “Clash of Civilizations and the Remaking of World Order”. Para Huntington existe um elemento de coesão que transcende as realidades políticas e econômicas conjunturais, a civilização. A civilização para ele era uma categoria formada pela cultura e pela raça. Segundo o autor, os diferentes blocos mundiais se conformariam partindo deste elemento civilizatório, e aos poucos tornaria-se mais importante esta divisão do que as realidades políticas e econômicas particulares de cada região, o que levaria a consolidação sob a liderança da potência de maior poder econômico. O problema então surgia do fato que as civilizações eram intrinsecamente opostas umas a outras, e também que, dentro das mesmas, a classificação não levava em conta problemas de nacionalidades. Assim, o modelo foi rejeitado e muito criticado por antropólogos e sociólogos levantando o problema de não dar devida importância às dinâmicas econômicas, e a dificuldade de, na prática, não na teoria, conseguir dividir o mundo em civilizações.

### **Atualidade política**

A nova configuração do poder e das relações internacionais tem mudado substancialmente nos últimos 20 anos, após a queda da União Soviética e a ascensão dos Estados Unidos de Norte América como a principal potência econômica, política e militar do mundo. Para a maioria dos teóricos liberais, era o fim da história, partido da noção das relações multilaterais como o paradigma das relações internacionais. Mas a história estava longe de

---

<sup>10</sup> BONFIM, p 85.

acabar, e com contradições e conflitos surgindo pelo mundo inteiro, os enfoques realistas da política internacional ganharam novamente relevância no momento do análises das políticas e dos atores. Na impossibilidade de explicar as relações internacionais dentro dos paradigmas neoliberais, e as suas derivações nas ciências sócias, a geopolítica volta novamente ao centro dos enfoques das mesmas. Os elementos fundacionais da geopolítica e os seus princípios foram resgatados.

Desde a década dos 70, muitos autores tem advertido sobre o declínio do poder americano, e de uma nova configuração mundial das relações econômicas e políticas. Desde uma perspectiva mais conservadora, até aos enfoques mais críticos e liberais, cada um deles no seu escopo, se tentava uma nova leitura dos fatos.<sup>11</sup> E a realidade empírica tem em certo nível avaliado tudo o que estes teóricos têm previsto.

Para o final da guerra fria e até a queda do Muro do Berlin, a geopolítica mundial podia ser estudada como um sistema bipolar rígido, como descrito por Morton Kaplan.<sup>12</sup> Dentre os muitos elementos descritos pelo autor, pode-se dizer que um dos mais relevantes era que os interesses das nações pequenas eram, se possível, somente representados parcialmente pelas potências, no bloco hegemônico no qual elas estavam inseridas. O sistema muda completamente a partir dos anos 90s, e a posição dos países pequenos queda relativamente instável. Sendo que na grande maioria dos países do terceiro mundo, as considerações geopolíticas, no caso de comercio, desenvolvimento, matérias primas e energia eram tomadas em parte com as grades potências, depois desta mudança, a forma de fazer política também experimenta uma grande alteração. Assim, surge novamente um impulso pelos processos de regionalização como o experimentado na América Latina.

Pelo lado econômico o termino do sistema Bretton Woods e a liberalização das finanças mundiais, assim como a instalação de uma nova divisão internacional do trabalho mudaram completamente os paradigmas do desenvolvimento das economias periféricas. Os modelos clássicos de industrialização por substituição de importações, assim como a abertura de mercados e financiamento externo se alteraram depois das difíceis décadas dos 80 e 90. O surgimento dos BRICS<sup>13</sup> têm sido responsável por puxar o crescimento da economia mundial nos últimos 10 anos, quando as economias centrais começaram um novo período de crises. O desenvolvimento, no presente, depende de uma industrialização e inserção em cadeias produtivas e de comercio. Estes espaços são criados por meio da integração, e suas tentativas

---

<sup>11</sup> Os trabalhos pioneiros da Susan Strange, Charles Kindleberger e Robert Gilpin desde uma perspectiva realista falavam do enfraquecimento dos Estados Unidos como a hegemonia. Por outro lado, os trabalhos de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi precediam o final de um ciclo, com a formação de um novo centro da economia mundial na Ásia.

<sup>12</sup> KAPLAN, Morton. **System and process in international Politics**. ECPR Press, 1957, 60

<sup>13</sup> BRICS- São os países de economias emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

concretas forem o MERCOSUL, a Comunidade Andina de Nações e mais recentemente a UNASUL.

Globalmente, a governança mundial encabeçada pelo Conselho de Segurança, enfraqueceu depois da crise do ano de 1999 na Sérvia, e mais recentemente em 2003, no Iraque. O lócus do poder já não era a OTAN, e o controle tornou-se violento. Passamos de uma hegemonia aceita dentro de certos limites pelos Estados periféricos, a uma situação de imposição pela força. A nova configuração do poder tinha mudado para uma estrutura multipolar.

Do mesmo modo novas realidades políticas forçaram uma nova visão sobre a necessidade da integração como um imperativo da geopolítica e da defesa. O fracasso do sistema interamericano e do TIAR no conflito das Malvinas em 1982, nas guerras de Centro América nos anos 80, na intervenção militar em Panamá e Granada, assim como mais recentemente a implementação do Plano Colômbia, e os golpes de Estado em Venezuela em 2002 e Honduras em 2010 foram situações que levaram a região a ter maiores considerações de segurança hemisférica própria, e não dependente dos Estados Unidos.

Pode se então descrever o sistema internacional presente, como uma retomada do Balanço de Poder. No entendimento do Kaplan (1957), é um sistema em que o poder fica disperso entre uma quantidade de atores, ou regiões, as quais se fortalecem para impedir a imposição de algum dos outros blocos no seu espaço soberano. Assim funcionava na Europa antes da primeira guerra mundial, no qual as potências faziam alianças para contra restar o poder daquele que estivesse ficando mais forte. Se tivermos, *a priori*, que a lógica de poder é a mesma, no século XX presenciamos é a formação de blocos regionais. A primeira ideia é o fortalecimento do Estado nacional, e a retomada dos projetos de integração política. Devemos lembrar que durante os anos 80 e 90 as doutrinas liberais ditavam que o Estado devia ser quanto menor possível, deixando elementos de valor estratégicos nas mãos do mercado, para uma melhor e mais efetiva alocação e administração.<sup>14</sup> O que interessou nesta pesquisa e chamar a atenção no fato de que todo processo de formação de blocos, deve ser referida a um princípio soberano, a um Estado soberano e legitimado com o seu povo, com poder integral sobre a totalidade do seu território.

Um mundo multipolar parte da premissa da construção de blocos os quais são feitos na medida de equiparar o poder relativo dos mesmos, sem privilegiar nenhum deles.

## **Geoestratégia E Integração Na America Latina**

---

<sup>14</sup> Esta foi a ideia básica do chamado Conselho de Washington, no qual estiveram presentes a maioria dos governos latino-americanos com uma marcada tendência neoliberal.



Desde cedo como o trabalho do Friedrich List (1889) "The National System of Political Economy", a integração econômica e política, a formação de blocos com interesses comuns, (no caso do List era o fortalecimento das econômicas nacionais contra as políticas liberais dos britânicos) era um imperativo para a superação exitosa das limitações externas<sup>15</sup>. List não era um cientista político, nem trabalhava com noções básicas de geopolítica, seu escopo era simplesmente econômico, e o interessante foram as conclusões que ele tirou da sua análise da economia política da Europa, e do mundo em geral. As considerações principais do autor eram principalmente externas, entre elas a imposição de operar no espaço monetário da libra, e a imposição de políticas de abertura que eram um perigo para as indústrias manufatureiras desses países. A recomendação que o List aporta era a formação de uma liga, cujo poder econômico e político foram comparados com o sistema hegemônico inglês. *"Todos os exemplos que a história mostra são aqueles em que a união política mostrou o caminho, e a união comercial seguiu. Nunca, em nenhum lugar pode ser arguido que a última liderou a união, e depois seguiu a união política"*.

O primeiro antecedente político da integração dos países da América do Sul como foro político foi o Congresso de Panamá convocado pelo Libertador Simón Bolívar. O objetivo deste congresso foi a criação de alianças entre os povos da América hispana, e subscrever o "Tratado de União, Liga e Confederação Perpetua" como elemento baseamento jurídico desta aliança. A ideia era a formar um sistema de alianças estratégicas, defensivas e ofensivas para garantir a segurança dos processos de independência da região em relação á metrópole espanhola ou a qualquer outra ameaça colonial. Assim, dentro da lógica de integração também esteve presente a discussão sobre a integração para poder desenvolver e diversificar as relações econômicas, até pouco tempo dirigidas pelas potências coloniais. O fato do Brasil não ter sido convidado, era por causa da sua participação na Santa Aliança durante o estabelecimento do Império do Brasil, a qual era percebida como uma ameaça exterior por parte de nascentes repúblicas. Desde tão cedo quanto a independência das nações sul-americanas, o tema de defesa da soberania já estava presente, como um elemento de importância nas visões geopolíticas do momento.

Outro antecedente de relevância é o pacto ABC. O nome oficial era Pacto de Não Agressão, Consulta e Arbitragem, e o acrônimo era dado pelos nomes dos países integrantes do bloco: Brasil, Argentina e Chile. O tratado não entrou em vigência e só foi ratificado pelo Brasil. Entretanto, grande parte da política exterior dos três países entre 1915 e 1930 seguiu a base de consultas e iniciativas mútuas. A ideia era a criação de um equilíbrio de poder no cone sul, no estilo do Europa do século XIX, não existindo uma vontade em avançar pra uma integração política maior. Este processo só começou quando por iniciativa do presidente da Argentina nos

---

<sup>15</sup> LIST, F. **The National System of Political Economy**; p 48. Tradução do autor.

anos 50, Juan Perón, o bloco giro para uma direção de integração econômica, mas o suicídio do Presidente Vargas, e o golpe de Estado contra o Perón desfizeram esta tentativa.<sup>16</sup>

Para o ano de 1986 foi assinada a “Declaração de Rio”, na cidade brasileira de Rio de Janeiro. O “Grupo do Rio” ou “Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe”, nasceu do Grupo Contadora. O mesmo foi um foro político para o arranjo de soluções diplomáticas a situações de conflito. O Interessante desta iniciativa, e que em 2010 já alcançou toda a América Latina e o Caribe, é que, por primeira vez, os norteamericanos foram deixados de fora das negociações dos foros de discussão política. Depois do fracasso do TIAR, no conflito das Malvinas, e da não existência na OEA de discussões não comandadas pelas políticas dos Estados Unidos, a comunidade latino americana procurou novos foros de discussão política, que criaram as bases para uma futura integração político econômica.<sup>17</sup>

Assim, com o fim das ditaduras militares que dominaram a maioria dos países do cone sul, houve o ressurgimento das relações bilaterais entre as duas grandes economias do sul. Os acordos entre Brasil e Argentina, chamados de “Alfonsín-Sarney”, tinham vários propósitos, entre os quais os econômicos eram os mais importantes. Mas, também teve a discussão da questão nuclear, que no limite apontavam para uma reconfiguração das relações bilaterais, para uma nova fase de conciliação e concertação de interesses. A histórica rivalidade entre Argentina e Brasil, a qual fomentou muita da geopolítica destes países no século XX, ressaltando o controle das vias fluviais e a criação de espaços estratégicos, deu lugar a uma nova visão, mais abrangente, na qual os objetivos eram o fortalecimento de um bloco soberano, e a dinamização das economias sul-americanas. Do mesmo modo, com o “Tratado de Assunção”, e a criação do MERCOSUL se deu uma tentativa de dinamizar as economias regionais por meio da abertura de mercados, perante as crises dos anos 90, e a baixa procura pelas *commodities* produzidas na América do Sul. Os resultados forem parcialmente exitosos.

A periferia econômica teve que se valer dela mesma na procura pelos seus interesses nacionais, e não mais das potências. Assim, a visão geopolítica muda substancialmente ao tempo que integra um elemento que tinha sido desprezado pela grande maioria dos teóricos da geopolítica na América Latina; a integração. Neste sentido, têm-se multiplicado os esforços de integração em distintos âmbitos na América latina. O Plano Puebla Panamá, a UNASUL, a Comunidade Andina ou “CAN”, a Alternativa Bolivariana para As Américas ou “ALBA”, etc.

## UNASUL

---

<sup>16</sup> SOSA, Alberto. **Antecedentes, evolución y perspectivas de la UNASUR**. 2008, p 75

<sup>17</sup> Ibid. P 79.

O primeiro passo da criação da mesma foi realizado o em dezembro de 2004, com a “Declaração de Cuzco” no Peru. O objeto desta declaração era a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações. No documento já estavam explícitos os objetivos desta integração, como uma estratégia para dar soluções a problemas estruturais dos países latino-americanos, por meio de um processo de integração.

(...) La convergencia de sus intereses políticos, económicos, sociales, culturales y de seguridad como un factor potencial de fortalecimiento y desarrollo de sus capacidades internas para su mejor inserción internacional;

La convicción de que el acceso a mejores niveles de vida de sus pueblos y la promoción del desarrollo económico, no puede reducirse sólo a políticas de crecimiento sostenido de la economía, sino comprender también estrategias que, junto con una conciencia ambiental responsable y el reconocimiento de asimetrías en el desarrollo de sus países, aseguren una más justa y equitativa distribución del ingreso, el acceso a la educación, la cohesión y la inclusión social, así como la preservación del medio ambiente y la promoción del desarrollo sostenible. (Cuzco, 2004)

O “Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas”, também chamado “Tratado Constitutivo da Unasul”, foi assinado em Brasília, capital do Brasil, no dia 23 de maio de 2008. Assim, nasce a Unasul como uma estrutura política intergovernamental dotada de personalidade jurídica internacional, formada por doze países sul-americanos. Na data, fizeram parte da Unasul os seguintes países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.<sup>18</sup>

No tratado está especificada a natureza da organização, as partes orgânicas e dogmáticas. Nas mesmas podemos encontrar uma clara referência aos interesses das nações constituintes no momento de ser assinado o Tratado. Neste caso, como nos anteriormente citados, a integração segue uma lógica política e econômica, que surge das condições e necessidades específicas e gerais de uma região. Neste sentido o esforço pela criação a instituição intergovernamental, com objetivos econômicos políticos e estratégicos ultrapassa qualquer tentativa anterior de integração, pelo seu alcance e pela sua natureza. No mesmo sentido, a exclusão dos Estados Unidos é precisamente isso, uma afirmação da soberania dos povos latino-americanos que de forma independente constroem uma organização que se ajusta a seus interesses, e não aos interesses da hegemonia.

A seguir, algumas das cláusulas preliminares, de forma de constatar a afirmação de que o processo de integração como uma estratégia para acometer interesses nacionais e regionais:

---

<sup>18</sup> SOSA, Alberto. **Antecedentes, evolución y perspectivas de la UNASUR**. 2008, p 86.

(...) AFIRMANDO sua determinação de construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe;

SEGURAS de que a integração é um passo decisivo rumo ao fortalecimento do multilateralismo e à vigência do direito nas relações internacionais para alcançar um mundo multipolar, equilibrado e justo no qual prevaleça a igualdade soberana dos Estados e uma cultura de paz em um mundo livre de armas nucleares e de destruição em massa;

O objetivo principal da Unasul é facilitar e promover a integração entre os países da América do Sul. O enfoque é integral, já não só se limita a economia, mas também inclui as áreas política, social e cultural. Por meio de projetos específicos também se promovera uma maior cooperação em educação, saúde, infraestrutura, financiamento, energia e outros.

Já num nível muito mais específico, o Tratado da Unasul estabelece que a estratégias, políticas e ações concretas que irão ser implementadas para, de forma conjunta, atingir as considerações principais. No seu artigo 3 já se faz uma referência clara à importância da soberania energética como uma ferramenta para fortalecer o processo de desenvolvimento das nações sul-americanas.(UNASUL, 2007) *"d) a integração energética para o aproveitamento integral, sustentável e solidário dos recursos da região"*.

Também dentro destas considerações está a de implementar planos que sejam concebidos diante a situação de assimetrias existentes na região. Este é um elemento fundamental na pesquisa, já que é de forma substancial a ferramenta pela qual os países pequenos poderão atingir os objetivos planejados dentro de um esquema de integração com uma potência emergente, como é o caso do Brasil. (UNASUL, 2007) *"o desenvolvimento de mecanismos concretos e efetivos para a superação das assimetrias, alcançando assim uma integração equitativa"*

Sobre este particular, pode-se mencionar a renovação do Tratado de Itaipu, entre Brasil y Paraguai. Sobre condições específicas, o Brasil renegocia o mesmo a pedido do Presidente Fernando Lugo de Paraguai, fazendo algumas concessões não contempladas no Tratado original. O sentido desta mudança, foi precisamente criar espaços para que o Paraguai pudesse ter vantagens, sendo que a sua economia é relativamente muito pequena quando comparada com a do Brasil.

### **Declaração De Margarita**

No marco da agenda USANUL se produz o encontro na Ilha de Margarita, na Venezuela em 2007. A mesma respondia a preocupação sobre as estratégias conjuntas a serem realizadas ao respeito dos desafios da procura de novas e sustentáveis fontes de energia para apoiar o processo de desenvolvimento econômico das nações sul-americanas. Nela foi assinada a Declaração de Margarita, que foi um consenso básico sobre um tratado de energia para a região. O tratado inclui referências da utilização complementar dos chamados bicomcombustíveis<sup>19</sup>, energia hidrelétrica, e diversas formas de energias alternativas, como eólica e solar. O acordo foi alcançado primeiro entre os ministros da energia de cada país, seguida de uma reunião entre os ministros de comércio, seguida no final pela reunião entre os chefes de Estado. *"La integración energética de la Comunidad Suramericana de Naciones debe ser utilizada como una herramienta importante para promover el desarrollo social, económico y la erradicación de la pobreza"* (Declaração de Margarita: 2007).

A declaração tem 17 pontos, nos quais podem ser mencionados principalmente *"Promover por meio do financiamento conjunto a integração energética da região,"*<sup>20</sup> e *"trabalhar para estabelecer uma sistematização e avaliação da situação energética atual da América Latina"*.<sup>21</sup>

## **A situação energética atual**

### **Relevância dos mercados energéticos**

As fontes de energia, especialmente aquelas não renováveis são elementos sempre presentes nas diferentes cadeias produtivas industriais, assim como nos setores primários e de serviços nas economias modernas. A apropriação de uma parcela relativa do valor agregado é uma característica fundamental das rendas cobradas pelos possuidores destes produtos escassos que participam nos processos produtivos. O caso mais emblemático é o petróleo, já que desde o começo da sua produção em massa a partir da primeira guerra mundial, sua difusão como principal fonte de energia para o transporte tem se garantido até hoje em dia.<sup>22</sup> Ou seja, o petróleo constitui uma parte de quase a totalidade das estruturas de custos nas distintas

---

<sup>19</sup> Bioetanol e biodiesel principalmente.

<sup>20</sup> Declaração de Margarita, 2007.

<sup>21</sup> Ibid.

<sup>22</sup> O petróleo representa mais de um 90% da demanda de energia mundial para todos os tipos de transporte atualmente.

matrizes de insumo-produto industriais atualmente, e o efeito das variações de sua cotação incide diretamente no nível de atividade econômica dos países. A *Renda Ricardiana*, fazendo uso do conceito elaborado pelo economista inglês no século XIV, diz respeito da capacidade dos proprietários de um insumo necessário para a produção, de se apropriarem de uma porção do valor agregado no processo produtivo, e no caso das fontes de energia, seria a hipótese mais esclarecedora para a compreensão das dinâmicas dos preços das mesmas e seus impactos na economia mundial.

Mas a complexidade dos mercados energéticos não se resolve apenas com uma generalização dos mecanismos determinam o preço no curto prazo, nem mesmo só no campo econômico. Devemos ampliar o escopo para o campo político, o poderemos perceber que no planejamento estratégico dos Estados, parece existir um mecanismo que determina por parte destes ações afirmativas na configuração das doutrinas de segurança energética. Ao longo dos últimos anos, os diferentes mecanismos de produção e venda destas commodities tem sido implementados como instrumentos e mecanismos de controle pelas potências ocidentais, especialmente dos EUA,<sup>23</sup> e os mesmos não são possíveis de explicar como um resultado dos efeitos de um “mercado de competência perfeita.”

Diante este panorama devemos voltar a análise sobre as possibilidades de integração energética como uma estratégia que fortaleça os processos de desenvolvimento regional. O estudo das reservas energéticas, assim como a identificação dos principais problemas e obstáculos para a integração devem ser temas prioritários no planejamento estratégico dos governos da América do Sul.

### **Primeiros esforços de integração energética**

Para uma região cujos processos de integração, aprofundados na última década, a América Latina segue atrasada no âmbito de cooperação energética, entre outros. No fim do século XX, não existia nenhum processo claro visando a integração energética de toda a região, mas sim um grupo de projetos localizados, na grande maioria das vezes, envolvendo dois ou apenas três países.<sup>24</sup>

Na verdade, estamos sendo testemunhas de que na região ainda é preciso avançar decididamente para um esquema cooperativo que tome decisões de nível energético, possa

---

<sup>23</sup> A consolidação dos “Mercados Spot” a través da “commoditização” da venda do petróleo, em detrimento dos antigos contratos fixos, tem sido estratégias formuladas e implementadas pelos EUA no intuito de garantir uma estabilidade nos preços do petróleo. Estes, junto a outros mecanismos como os juros básicos dos títulos do tesouro, e as movimentações nas taxas cambiais do dólar tem quebrado o poder de barganha da OPEP como instituição, e dos países exportadores.

<sup>24</sup> BID. **Integración energética en el MERCOSUR ampliado**. Washington D.C 2001.

definir uma matriz energética, tirar vantagem dos recursos naturais da região e promover os processos de desenvolvimento nacionais.

No momento, todos os países têm uma matriz energética muito diferente que em alguns casos poderiam até ser complementares. No caso do Brasil, Chile, Colômbia e Peru, existe um balanço entre as distintas fontes energéticas desses países. No caso contrário, o Paraguai, cuja única fonte de energia é a hidroelétrica, é fortemente dependente da mesma para o desenvolvimento do aparelho produtivo do país.<sup>25</sup> Mas isto não deve ser lido como um problema, mas como uma capacidade de encontrar complementaridade das necessidades ou da demanda energética em função da oferta.

No caso do petróleo, desde os anos 1970, houve uma série de acordos regionais de complementação energética visando uma maior cooperação. Foram criadas a OLADE (Organização Latino-americana de Energia) e a ARPEL (Assistência Recíproca Petroléira Latino-americana). Em todos os casos foram esforços para conseguir petróleo em preços preferenciais.<sup>26</sup>

Todavia, os avanços realizados na matéria de integração energética ao longo dos anos 90 estiveram condicionados fortemente aos processos de abertura promovidos no Plano de Ação de Miami em 1994. A "Iniciativa Energética Hemisférica" criada a partir da Cumbre Presidencial das Américas de 1998 era um foro de discussão política destinado a criar os lineamentos da integração energética. No entanto, o ênfase era realizado na parte de desregulação dos investimentos privados nos setores energéticos de vários países, o qual foi travado devido à resistência das grandes companhias petrolíferas nacionais como PEMEX, PDVSA e PETROBRAS. Em alguns casos lograram avances significativos, como a implantação de um novo marco legal no México que permitia os investimentos privados para o fornecimento de energia elétrica.

Uma viragem interessante ocorre com a criação do IIRSA, no ano 2000 durante a Cumbre Sudamericana, cuja principal preocupação era a integração física das doze nações da América do Sul para fortalecer os processos políticos e econômicos regionais. O problema da oferta de recursos naturais é basicamente, um problema de infraestrutura. Como é assinalado pelo economista Darc Costa:

(...)Por décadas, tem-se falado da integração da América do Sul, mas, praticamente, nada foi feito para construir a infraestrutura básica sem a qual não poderá haver integração. Desde os tempos dos gregos, e, mesmo antes, o transporte, a infraestrutura urbana, as grandes obras hidráulicas, a energia, têm

---

<sup>25</sup> OLADE. **Informe de estadísticas energéticas 2005**. Quito 2005

<sup>26</sup> Ibid.

sido fatores decisivos para o desenvolvimento econômico. E, hoje, o são mais do que nunca. (...)<sup>27</sup>

O potencial energético da região só pode ser aproveitado por meio da construção de infraestrutura física para sua exploração, transporte e comercialização. Em alguns casos, estes projetos são de escala internacional.

No caso do gás natural, com a exceção da Argentina e da Bolívia, a indústria só começou a ser desenvolvida nos últimos 30 anos, e, em geral, fundamentada no contexto de abertura econômica das teorias neoliberais nos anos 90s. Neste contexto, foram privilegiados os acordos bilaterais, por exemplo Argentina-Chile ou Colômbia-Venezuela e logo depois da crise do abastecimento no Brasil em 2004, o comércio Bolívia-Brasil.

A situação do gás deve ser avaliada considerando as características próprias da indústria, sendo que todo o transporte é realizado por gasodutos. Um dos grandes problemas na região é que ainda inexistia uma ligação direta entre as grandes reservas do Caribe e do Cone Sul, uma região de alta demanda.

### **Situação Atual**

A região da América do Sul e o Caribe, em sua totalidade, têm um consumo de quase 5.681.000 barris de petróleo diários, dos quais uma fatia importante provém da própria produção, ou de importações de parceiros da região.<sup>28</sup> A região é exportadora neta de hidrocarbonetos, sendo que são produzidos quase 6.678 milhões de barris diários. Mas estas cifras dizem pouco das potencialidades de cooperação na área energética. Com uma análise mais específica, poderemos explicar melhor a afirmação.

No ano 1999, em pleno processo de abertura neoliberal, a companhia espanhola Repsol comprou quase a totalidade das ações da estatal argentina YPF. Isto fez com que a empresa ibérica tivesse uma maior participação na região, em diversos âmbitos, como a exploração de petróleo, gás, empresas conjuntas, etc. A situação da Argentina mudou, já que os ingressos fiscais, que são provenientes da exploração desses recursos, não são suficientes para cobrir os custos da compra dos hidrocarbonetos de que precisa o país austral.

Em 2008, a Argentina tinha um consumo de quase 682.000 barris diários, enquanto que a produção interna do país era de 499.000. A produção cobre a totalidade do consumo interno, mas não é suficiente para exportar. E as perspectivas não são alentadoras. As reservas das Ilhas Malvinas, anunciados pela petroleira britânica British Petroleum (BP), no início de 2007, e

---

<sup>27</sup> COSTA, Darc. **Infraestrutura E Integração Na América Do Sul**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

<sup>28</sup> BP. **Statistical Review** Londres, 2010.



que reavivou o conflito territorial pelas ilhas, foram descartados pela empresa escocesa Desire Petroleum, devido a que os resultados das provas preliminares não foram satisfatórios.<sup>29</sup>

De maior importância para a Argentina é o fornecimento de gás natural. O consumo desta fonte de energia é o maior da América do Sul, ultrapassando inclusive o do Brasil. Diariamente, se consome na Argentina quase 50.000 metros cúbicos de gás, um pouco mais do que a produção interna. Mesmo assim, o país austral exporta quase 3000 metros cúbicos de gás, por dia, principalmente ao Brasil.<sup>30</sup>

Para o Brasil, o consumo energético é um elemento fundamental do rápido processo de crescimento da economia. Nos últimos anos o país tem atuado em distintas frentes para a solução eficiente deste problema. Sendo assim, o Brasil se envolveu em vários projetos com países da América do Sul, não só na área de hidrocarbonetos, mas visando uma oferta maior de fontes de energia. O Brasil tem assinado acordos com a Venezuela, Bolívia, Argentina, Uruguai e outros países para levar a cabo projetos de infraestrutura como o projeto do gasoduto com a Bolívia, e ao aumento do consumo do petróleo venezuelano.

Sobre o exposto anteriormente, temos que considerar que o Brasil aspira virar um país exportador de petróleo, graças às grandes reservas do Pré-sal. Por enquanto a maior economia da região permanece perto da autossuficiência, principalmente, pela produção de álcool, embora ainda precise importar petróleo para suprir parte do consumo doméstico.<sup>31</sup>

Em 2008, o Brasil produzia 1.899.000 barris diários, sendo que suas reservas são de 19.716 Mbbl.<sup>32</sup> As reservas do Pré-sal são factíveis a médio prazo. Estima-se que a reserva do pré-sal contenha o equivalente a cerca de 1,6 trilhões de metros cúbicos de gás e petróleo. O número supera em mais de cinco vezes as reservas atuais do país.<sup>33</sup> O problema é que o projeto de exploração em águas profundas do Pré-sal é um projeto de meio ou longo prazo.

Um dos problemas do Brasil é que o petróleo que exporta ainda é pesado, inferior aos 25 API<sup>34</sup>, sendo que é necessário fazer um *blend*<sup>35</sup> com petróleos mais leves, para poder elevar sua

---

<sup>29</sup> EL PAIS. **El yacimiento De Petróleo De Las Malvinas Se Diluye**. España 2010 (Edição do 29 de março de 2010).

<sup>30</sup> OLADE, **Informe de Estadísticas Energéticas** 2009.

<sup>31</sup> ROSA, Luiz Pinguelli. **A Integração Energética Do Brasil Na América Do Sul**. Funag: Brasília, 2005.

<sup>32</sup> BP. **Statistical Review** Londres, 2010.

<sup>33</sup> VEJA. COM. **PRESAL, perguntas e respostas**. Veja: São Paulo, Set 2009. Disponível em: [www.veja.com](http://www.veja.com). Acesso em: 25 de agosto de 2011.

<sup>34</sup> O **Grau API** é uma escala hidrométrica idealizada pelo [American Petroleum Institute](http://www.americanpetroleum.com) –“API” Geralmente um grau 10 é extra pesado, e igual o maior a 30 é leve.

<sup>35</sup> Blend é uma mistura entre vários tipos de óleo, visando melhorar a qualidade de um deles.

cotação nos mercados internacionais. A questão está, precisamente, no fato de que os hidrocarbonetos leves são caros, e o balanço entre o que tem que ser importado para melhorar o petróleo brasileiro e o que é exportado dá um saldo negativo.<sup>36</sup> Uma das soluções encontrada foi o projeto da refinaria de Pernambuco, conjuntamente com a Venezuela. Embora o projeto tenha atrasado tendo em vista ainda existir a necessidade de algumas iniciativas políticas para concretizar a refinaria.

O Brasil, no presente, tem um déficit de consumo de 489.000 barris diários de petróleo tomando os dados de produção interna e consumo no ano 2008. Assim, ele se torna um país importador de petróleo, e pelo menos a médio prazo, a tendência é permanecer da mesma forma, tendo que cobrir os seus déficits de exportação com importações desde a Venezuela, principalmente.<sup>37</sup>

A Bolívia é um país netamente exportador de hidrocarbonetos, no caso o gás natural. As reservas da Bolívia são de 0.71 trilhões de metros cúbicos, e a produção diária é de quase 14.300 bilhões de metros cúbicos. A exportação de gás da Bolívia para o Brasil foi viabilizada pela Petrobrás que fez uma parceria com multinacionais para produzir o gás e construir o gasoduto Brasil – Bolívia. O projeto Gasbol começa em 1999, mas somente esteve operativo em sua plena capacidade em 2010, para atender 15% da demanda de gás do Brasil.<sup>38</sup>

O país tem um consumo de óleo de 14.500 unidades diárias, e uma produção de quase 17.700 barris por dia. Assim o fornecimento de petróleo não se apresenta como um problema, a curto e médio prazo. As reservas embora sejam pequenas, somente 374 Mbbl.<sup>39</sup>

A Colômbia tem uma matriz energética muito diversificada, e é um dos países mais equilibrados na relação entre a demanda e fornecimento interno de fontes de energia. No caso do gás, tem reservas de quase 0.11 trilhões de metros cúbicos e produz diariamente 9.1 bilhões de metros cúbicos, dos quais a metade é para exportação. No caso do petróleo, a produção de quase 616.000 barris diários cobre a demanda interna de 199.000 unidades.<sup>40</sup>

O Peru produz quase 120.000 unidades de óleo diárias, e tem um consumo interno de 172.000 barris diários. Isto diz que o Peru deve importar quase 52.000 barris diários para cobrir o seu consumo interno. Por outro lado, o país andino tem um potencial de exportação de gás natural da região de Camisea que só começa a ser explorado em 2004. O Peru tem a quinta

---

<sup>36</sup> ROSA, Luiz Pinguelli. **A Integração Energética Do Brasil Na América Do Sul**. Funag: Brasília, 2005, p 50.

<sup>37</sup> Ibid, p 52.

<sup>38</sup> Ibid, p 54.

<sup>39</sup> Um Mbbl é uma unidade de medição que representa um milhão de barris.

<sup>40</sup> BP . **Statistical Review**. Londres, 2010.

maior reserva de gás da região, com 0.25 trilhões de metros cúbicos, o que é uma vantagem, considerando que o consumo do país é relativamente pequeno.<sup>41</sup>

Depois da Venezuela e do Brasil, o Equador é o país com mais reservas de petróleo na região sul-americana, com 6.518 Mbbl. A produção diária alcança os 514.000 barris, dos quais consome mais de um terço, quase 207.000 unidades diárias. Isto faz do Equador um exportador seguro da região. Por isto, foram feitos esforços para reintegrar o Equador à OPEP, fato que se materializou em 2007. A ideia é que junto à Venezuela possam defender preços justos para os hidrocarbonetos nos mercados internacionais.<sup>42</sup>

O Chile, cuja economia está atrelada fortemente às exportações de cobre, não tem uma matriz energética diversificada, e depende das importações de gás e de petróleo para cobrir sua demanda. Em 2008, o Chile consumiu 357.000 barris diários de petróleo, todos eles importados já que o país não tem reservas significativas de hidrocarbonetos. Além disso, o Chile importou quase 2.8 bilhões de metros cúbicos de gás, principalmente da Argentina.<sup>43</sup>

Junto com o Chile, Paraguai e Uruguai são importadores netos de hidrocarbonetos, e dependem das reservas de gás da Argentina e da Bolívia, e do óleo do Equador e da Venezuela.<sup>44</sup>

Por último, a potência energética da região é a Venezuela. O país tem as maiores reservas de gás e petróleo da América Latina, muito longe dos demais países exportadores. Em 2008 Venezuela contabilizou suas reservas de gás em 4.98 trilhões de metros cúbicos, e teve uma produção diária de 30.7 bilhões de metros cúbicos, a maior parte delas destinada ao consumo interno da indústria petrolífera. Da mesma forma, com a certificação dos 220.000 milhões de barris extrapesado da faixa do Orinoco, a começar do ano 2011, e as 75.000 de óleo médio e leve o país acumula uma quantidade de reservas de óleo maiores do que a Arábia Saudita<sup>45 46</sup>. O consumo da Venezuela segue sendo muito maior relativamente do que nos outros países da América do Sul, pelo fato de que a gasolina é subsidiada. Em 2008, o consumo diário alcançou os 607.000 barris de petróleo, quase a metade do consumo interno do Brasil.<sup>47</sup>

---

<sup>41</sup> ROSA, Luiz Pinguelli. **A Integração Energética Do Brasil Na América Do Sul**. Funag: Brasília, 2005 p 55.

<sup>42</sup> BP . **Statistical Review** Londres, 2010.

<sup>43</sup> Ibid, p 27.

<sup>44</sup> Ibid. p 11 - 27.

<sup>45</sup> OPEC. **ANUAL BULLETIN 2010**. Austria: OPEC, 2011, p22

<sup>46</sup> PDVSA. **OPEP certifica a Venezuela como el país con mayores reservas del mundo**. Caracas: PDVSA, 2011

<sup>47</sup> OLADE. **Informe de Estadísticas Energéticas** Quito, 2009.

Esta é uma das principais condições estruturais nos cálculos geopolíticos para os projetos de integração. As reservas estratégicas da Venezuela são muito importantes, não só a nível regional, mas num contexto mais amplo. O principal parceiro comercial do petróleo que a Venezuela exporta segue sendo os EUA com 1.387 MMbpd, em dezembro de 2007 <sup>48</sup>. A China ocupa o segundo lugar, tendo importado da Venezuela 197.000 barris de petróleo diários, em 2007, e já foi projetado o envio de 500, em 2010, e chegar na meta de 1 MMbpd, em 2012. <sup>49</sup>

A grande variedade de reservas da região é uma vantagem comparativa no momento de entrar no mercado de hidrocarbonetos. Os custos de produção, refino, fretes podem ser altos nos projetos de integração energética da região, e são dificuldades relativamente menores, se compararmos, por exemplo, com zonas como o oriente médio.

Assim, podemos ver como o problema da integração energética não é um problema de recursos naturais nem de variedade dos mesmos, mas da forma na qual são manipulados os recursos, e como são dirigidas as inversões, em esquemas que podem e deveriam ser transnacionais, para os investimentos nos distintos ramos energéticos.

### **Esforços Recentes De Integração Energética**

Recentemente, surgiu a iniciativa Petroamérica impulsionada principalmente pelo governo venezuelano. Fundamentalmente, a ideia é a promoção de acordos bilaterais, tendo em conta as assimetrias, para fazer frente ao aumento do preço dos hidrocarbonetos. Dentro de Petroamérica, desenvolvem-se três grandes projetos: Petrocaribe, Petroandina e Petrosul. O mais desenvolvido é Petrocaribe, o qual é formado por mais de 14 países da região caribenha e central da América. Basicamente, nele os países podem comprar hidrocarbonetos fazendo o pagamento parcelado, dependendo da cotação do barril no momento. Às vezes é incluída em acordos bilaterais bens e serviços como troca pelo petróleo vendido. <sup>50</sup>

No âmbito da Petroandina se travaram negociações para a construção do oleoduto entre a Colômbia e a Venezuela, e o refino de petróleo extraído no Equador em refinarias da Venezuela.

A Petrosul é um projeto para criar uma empresa supranacional de hidrocarbonetos para a América do Sul. Durante a reunião XXVI do Conselho do Mercosul em Foz de Iguaçu, o projeto começou a tomar forma, com a firma de um acordo entre o presidente da República Argentina, Nestor Kirchner, e o presidente da República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez. O acordo

---

<sup>48</sup> MMbpd. Representa um milhão de barris de petróleo *diários*

<sup>49</sup> OPEC. **ANUAL BULLETIN 2010**. Austria: OPEC, 2011, p 17

<sup>50</sup> ABN. **Petrosur abre camino a integración Sudamericana**. Caracas, 2005.

de formalização da criação de Petrosul foi assinado numa reunião conjunta entre os presidentes de Argentina, Brasil e Venezuela, durante o encontro Árabe e sul-americano em Brasília, em maio de 2005. Mais tarde em Montevidéu, em reunião com o Presidente da República Oriental do Uruguai, Tavaré Vasquez, foi assinada a "Declaração de Montevidéu" a qual contemplava um plano de cooperação e intercâmbio, e a venda de petróleo em quotas, podendo ser pago em bens de consumo.<sup>51</sup>

Com o Brasil começou em 2005 o projeto de construção da refinaria Abreu Lima, em Pernambuco. A ideia era a instalação de uma refinaria que possa processar os óleos extrapesados da faixa do Orinoco, e ampliar a capacidade de processamento de petróleo de ambos os países, todavia existe uma crescente resistência política para a concretização deste projeto, derivada da falta de recursos por PDVSA.SA o que resultou na materialização deste projeto sem a participação da Venezuela.

Entre a Argentina foi renovado o acordo de venda de 40 mil barris diários de petróleo, e derivados, e no momento foram encarregados a construção de quatro barcos petroleiros, no estaleiro Rio Santiago. O valor dessas operações foi de 110 milhões de dólares.

Desde um ponto de vista estratégico, a ideia é a criação de um eixo Caracas-Brasília-Buenos Aires, que já é operativo no âmbito político desde a "Cumbre de Mar Del Plata." A avaliação de oportunidades, a projeção e a criação de projetos conjuntos, e o financiamento dos mesmos em matéria energética serão os objetivos da empresa Petrosul.

A dimensão política da integração energética é de muita relevância. Na atualidade a distribuição de óleo no mundo está fortemente concentrada no Oriente Médio.<sup>52</sup> Como destaque da importância do petróleo no cálculo estratégico para os EUA, desde finais dos anos 70, com a saída das tropas britânicas do Irã e a Revolução Islâmica em 1979, foram assinados diversos acordos militares com os países da região. Especialmente foram privilegiados os Sauditas, os Kuaitianos e os Iraquianos. Para os norte-americanos, a "instabilidade política" é uma ameaça para a segurança energética, e forma parte da sua doutrina, a intervenção militar para assegurar o fornecimento. Este tipo de ações socava a soberania e a capacidade dos Estados na área energética já que podem alterar as condições sob as quais são realizados os processos todas as atividades das diversas indústrias energéticas. Os interesses políticos dos norte-americanos durante o chamado regionalismo aberto da época neo-liberal nos anos 90s, privilegiaram uma abertura orientada ao comércio com os principais mercados, o americano e

---

<sup>51</sup> A Venezuela se comprometeu a enviar 43.600 barris diários de petróleo a Uruguai, 75% do mesmo pago a vista, e um 25% em prazo de até dois anos.

<sup>52</sup> TORRES FILHO, Ernani. **O papel do petróleo na Geopolítica Americana**. 2004: O poder Americano. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

européu. Deste modo a produção, refino, e desenvolvimento da indústria não gerou maiores encadeamentos com outros setores na economia interna dos países sul-americanos. Além disso, a constante necessidade de financiamento foi geralmente canalizada por organismos multilaterais, situação que pretende se mudar com as iniciativas de integração como foi demonstrado na necessidade de financiamento dos projetos de infra-estrutura.<sup>53</sup> Os esforços emanados dos órgãos multilaterais deve apontar na superação destas dificuldades, como por exemplo no caso da construção da refinaria Abreu-Lima.

Voltamos novamente ao nosso argumento inicial sobre a integração como uma estratégia para a segurança regional, e o desenvolvimento das diversas indústrias de energia. Devem existir mecanismos de cooperação, organização e coordenação das políticas energéticas perante as necessidades da população sul-americana, assim como organização intergovernamentais que permitam aos países da região encarar as ameaças externas e reafirmar a soberania nacional sobre os recursos naturais.

As indústrias do petróleo e do gás natural são potencialmente lucrativas na medida em que forem realizados investimentos necessários para o seu desenvolvimento. Os lucros retidos das empresas devem ser repassados ao tesouro das nações sul-americanas, e não as carteiras de investimento dos capitais estrangeiros. Os grandes acordos entre as empresas multinacionais que ainda são assinados por falta de capacitação técnica devem visar a uma superação desta condição, na qual não há nem traspasso de tecnologias. Um encadeamento maior, como exemplo o esforço da refinaria Abreu Lima em Pernambuco, é só um exemplo de como estes acordos podem ser formulados entre empresas da região, ampliando a nossa capacidade técnica, o conhecimento e a formação bruta de capital.

## **Conclusões e recomendações**

O aproveitamento ótimo dos recursos naturais, e das amplas reservas na região depende em grande escala da capacidade dos Estados para a formulação e financiamento de projetos, variáveis que são mais bem trabalhadas conjuntamente entre vários países, do que unilateralmente. Muitas vezes a localização geográfica é a primeira condição na avaliação de um projeto, como no caso dos gasodutos. Um esforço de integração energética é a melhor forma tratar estes obstáculos.

A integração energética deve em primeiro lugar contribuir com o desenvolvimento econômico dos países da região, levando em conta os problemas mencionados, assim como

---

<sup>53</sup> Ibid, p 325.

ajudar á superação de situação atual de dependência dos mercados externos. O pouco desenvolvimento da indústria em setores estratégicos e a fragmentação de projetos faz com que os resultados das políticas energéticas sejam ainda limitados. A criação de uma instituição regional deve tratar estes problemas técnicos, disponibilizando aos distintos países ferramentas de planejamento, formulação e financiamento de projetos orientados a uma melhor utilização dos recursos.

Qualquer projeto deve incluir iniciativas para a superação de assimetrias das distintas economias presentes na região. Ao longo da pesquisa houve referências ao problema da demanda interna de hidrocarbonetos dos distintos países, e das desigualdades nas matrizes energéticas, assim como as dificuldades de algumas das economias menores para ter acesso as fontes de energia. São precisamente estas considerações as que devem ser formuladas nos projetos, que não só visam um fornecimento estável para os países, mas um progressivo desenvolvimento da indústria, ampliação da capacidade de refino, e um progressivo encadeamento em linhas produtivas que podem surgir da deste processo. Os projetos conjuntos são uma das vantagens deste tipo de integração, que permitem procurar soluções a problemas próprios da indústria energética, por exemplo as limitações orçamentárias de alguns países menores. Por meio da constituição de projetos conjuntos nascidos dentro deste esquema de integração, os países podem negociar uma maior participação no mercado de hidrocarbonetos, de acordo com as suas capacidades, ou uma participação em projetos de infraestrutura maiores.

Numa visão critica também se deve ressaltar a dimensão externa desta integração. A parte mais importante é o fator estratégico da conformação de uma grande empresa de hidrocarbonetos entre os países da região, já que o abastecimento energético para o desenvolvimento econômico não é só um projeto técnico, mas uma estratégia geopolítica. A proteção de nossas reservas de hidrocarbonetos, garantir o fornecimento, controlar os projetos e suas conseqüências no meio ambiente e priorizar o consumo interno são elementos chaves do processo de integração, aos quais os governos devem dar prioridade. A instabilidade política é o único argumento que precisam as potências para tentar uma intervenção indireta, ou no pior dos casos, uma ação militar direta. Países como Venezuela, Bolívia e Equador têm sido vitimas constantes de penetração e conspiração pelos Estados Unidos, os quais, pelo menos indiretamente, tem apoiado movimentos separatistas, desestabilizadores e até promovidos golpes de Estados. A lógica sob estas tentativas são as reservas estratégicas de estes países, e na medida em que exista uma maior estabilidade política na região, menor será o impacto deste tipo de ações.

A integração energética deve avançar mais decididamente em torno a propostas entre os países, e tornar-se uma solução para problemas em vários âmbitos na região. Uma proposta abrangente na qual possam interagir os países envolvidos diretamente, mas apontando numa direção regional, para um melhor aproveitamento das matrizes energéticas dos distintos países.

O objetivo final é a constituição de um espaço soberano na região, que seja de benefício mútuo para todos os países de acordo a medida de suas necessidades, e que seja uma plataforma institucional para o desenvolvimento dos distintos ramos da indústria energética.

## Referências

AGENCIA BOLIVARIANA DE NOTICIAS. **Petrosur abre camino a integración Sudamericana**. Caracas-Venezuela, 2005.

BALASA, Bela. **Theory of Economic Integration**. Routledge: Massachusetts, 1967.

Banco Interamericano de Desarrollo. **Integración energética en el MERCOSUR ampliado**. Washington, D.C 2001.

BONFIM, Uraci Castro. **Curso de política, estratégia e alta administração do exército**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2005.

BRITISH PETROLEUM. **Statistical Review** Londres: BP. 2010.

COSTA, Darc. **Infraestrutura e integração na América do Sul**. Rio de Janeiro: S. N., 2005.

**DECLARAÇÃO DE MARGARITA:** Construindo a Integração Energética do Sul. Disponível em: <[www.itamarty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2007/04/18/declaracao-de-margarita-construindo-a-integracao](http://www.itamarty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2007/04/18/declaracao-de-margarita-construindo-a-integracao)>. S.l. Acesso em: 20 de julho de 2011.

EL PAIS. **El yacimiento de petróleo de las Malvinas se diluye**. España: 2010.

FIORI, José Luiz. **Formação, expansão e limites do poder global: o poder americano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

KAPLAN, Morton. **System and process in international Politics**. Londres: ECPR Press, 1957.

LIST, Friedrich. **The National System of Political Economy**. Volume 2: The Theory. New York: Cosino, V.2, 2005.

OLADE. **Informe de estadísticas energéticas 2005**. Quito: OLADE, 2005.

OLADE. **Informe de Estadísticas Energéticas**. Quito: OLADE, 2009.

OPEP. **ANUAL BULLETIN 2010**. Áustria: OPEC, 2011.

PDVSA. **OPEP certifica a Venezuela como el país con mayores reservas del mundo**. Caracas: PDVSA, 2011.

ROSA, Luiz Pinguelli. **A Integração Energética Do Brasil Na América Do Sul**. Funag: Brasília, 2005.

SOSA, Alberto. **Antecedentes, evolución y perspectivas de la UNASUR:** Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo. Venezuela: Saber Ula, V.3, 2008.

TAVARES, Conceição. **Mundialização do capital e a expansão do poder americano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

TORRES FILHO, Ernani. **O papel do petróleo na Geopolítica Americana: o poder americano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

VEJA. COM. **PRESAL:** perguntas e respostas. Veja: São Paulo, set. 2009. Disponível em: <[www.veja.com](http://www.veja.com)>. Acesso em: 25 de agosto de 2011.

YERGIN, Daniel. **The Prize:** The epic quest for oil, money and power. New York: Free Press, 1991.